

Classificar, nomear, representar: objetos e palavras para construir a nação argentina em um museu*

Andrea Roca**

Introdução

Até somente dois anos atrás, quem se encontrasse em Buenos Aires num final de semana e decidisse visitar o Museu Etnográfico (ME) e o Museu Histórico Nacional da República Argentina (MHN) teria sido espectador de uma visão esquizofrênica sobre o passado. Duas instituições que respondiam ao nome 'museu' e que falavam do passado da Argentina exibiam objetos e narravam histórias que, localizadas no território geográfico que recebe este nome, possuíam conteúdos, protagonistas, enfoques, temporalidades e objetivos diferentes. Não obstante, ambos os relatos apelavam ao genérico 'nosso' (*nosso passado, nossa história*). Para organizar esse dêitico potente – que identificava algo como próprio e coletivo – cada um deles tinha selecionado, privilegiado e exibido tanto objetos quanto narrativas diferentes.

A partir de uma análise dos sistemas classificatórios dos objetos em ambos os museus, o objetivo da minha pesquisa foi indagar como, a partir desses sistemas, se organizavam as narrativas sobre *nós* e os *outros*, imaginando e representando diferentes construções da nação argentina. Partindo do pressuposto de que no contexto das visitas guiadas seria possível analisar a instrumentação desses sistemas classificatórios – isto é, onde se tornaria efetiva a relação entre discurso e objetos, entre o *fazer* e o *dizer* de cada uma dessas instituições –, a pesquisa foi realizada a

* Este trabalho está baseado na minha dissertação de graduação (Roca, Andrea [2003] "La vecindad de los objetos: lo propio y lo ajeno en el estudio de los sistemas clasificatorios del Museo Histórico Nacional y el Museo Etnográfico". Carreira de Ciências Antropológicas, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires [FFyL-UBA]).

** Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN-UFRJ). Tem diversas publicações, sendo seus principais temas de pesquisa museus etnográficos, museus históricos, objetos, memória e patrimônio. Atualmente, cursa seu doutorado no PPGAS-MN-UFRJ, sendo bolsista do CNPq, desenvolvendo uma pesquisa sobre as representações iconográficas dos indígenas no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XIX e sua vinculação com as políticas indigenistas de ambos os países.

partir da observação e análise das visitas guiadas para público geral, estabelecendo um estudo comparativo entre ambos os museus.

Para uma análise desses sistemas classificatórios, baseei-me na ideia de *vizinhança* desenvolvida por Michel Foucault no seu livro *As palavras e as coisas* (1996) como ponto de partida.¹ O que permitia que, nos museus, certos objetos fossem reunidos dentro de uma proximidade que parecia explicá-los? Como eram produzidos e estabelecidos os sítios discursivos a partir dos quais se tornavam compreensíveis as relações de vizinhança dos objetos?

Este artigo está dividido em quatro partes. Com o intuito de dar a conhecer ao leitor as condições de aparição e os objetivos de ambas as instituições, na primeira parte, expor-se-á uma breve história sobre elas. A seguir, na segunda parte, serão apontadas algumas características de suas respectivas visitas guiadas, enfatizando as relações estabelecidas entre as classificações sobre os objetos e as narrativas que os acompanham durante essas visitas. A fim de tornar compreensíveis essas 'vizinhanças' entre determinadas palavras e coisas, na terceira parte, será desenvolvida uma análise comparativa entre ambos os sistemas classificatórios para, na quarta e última parte, expor os alcances de tais associações em dois museus que, através de suas exposições, imaginaram e representaram histórias, nações e sociedades 'argentinas' muito diferentes.

I - Inventando a Argentina: dois museus para contar o passado do país

O Museu Histórico Nacional da República Argentina foi fundado em 1889² por Adolfo P. Carranza (1857-1914), com o propósito de evocar as *tradições da Revolução de Maio e as Guerras da Independência, no contexto da modernização da sociedade argentina através da imigração massiva.*³ Como fora apontado em outro trabalho,⁴ começaria a configurar-se, no MHN, mais uma maneira de apresentar a jovem nação, imitando as instituições da moderna Europa e atendendo à necessidade de unificar valores e identidades perante a 'ameaça' da imigração. A criação do MHN respondia, aliás, à necessidade de contar com um museu histórico consolidado para a futura comemoração do Centenário da República, em 1910.

Para organizar o espaço capaz de conter um passado que contasse 'a história argentina', Carranza dedicou-se, ao longo de sua gestão (1889-1914), à procura incessante de objetos que pudessem ser considerados como representativos de tal ou qual protagonista e/ou acontecimento histórico.⁵ Membro da elite dominante da época, Carranza soube aproveitar sua rede de relações sociais, gerenciando pessoalmente a obtenção das peças. Os efeitos que procurava conseguir através desses acervos foram claramente manifestados: a função que deviam cumprir era 'manter viva', à maneira de exemplo, a presença dos personagens que tinham forjado a pátria e seu destino 'inexorável' de nação independente.⁶

Apontando para o *significado* inscrito nas atividades do Estado, Philip Corrigan e Derek Sayer (1985) consideram que, através de suas formas, rotinas e rituais, o Estado possui não somente a capacidade de construir identidades sociais, mas também de regulá-las. Por meio da planificação e concreção de um amplo conjunto de atividades e instituições, o Estado (longe de se circunscrever ao âmbito do exclusivamente burocrático, político, econômico, etc.) teria articulado 'ao detalhe' as formas e imagens eficazes para uma construção das identidades individuais requeridas pelo ideal moderno, enquanto fornecia o necessário para desenvolver, conjuntamente, a amálgama de uma identidade coletiva – outro dos quesitos da modernidade.⁷ A construção de um 'cidadão argentino' implicava criar, ao mesmo tempo, outro sujeito político, um nós; o MHN tinha a possibilidade de contribuir nesse processo de inscrição cultural, produzindo sistemas de significados através dos quais representar um nós – e também um outros – criando determinadas estruturas de reconhecimento. Fazendo uma escrita da história, o MHN integrava as pluralidades culturais de fins do século XIX, mas desintegrando-as sob o manto homogeneizador da nação, que, apesar de viver em cada individualidade (e por elas), era apresentada como ontologicamente anterior, transcendendo-as.

Considerando a distinção assinalada por Philip Abrams entre 'sistema de estado' e 'ideia de estado',⁸ o MHN pôde ser incluído no projeto cultural totalizador que outorgaria à 'ideia de estado' um imaginário coerente. Projetando os ideais da chamada *Geração dos 1980*, a historiografia liberal definiria o estilo no qual a

Argentina devia ser pensada naquele presente e projetada para o futuro.⁹ Gerenciar a coerência dessa historiografia, através de um museu, representava uma grande possibilidade de intervenção na vida social e essa administração da memória era algo que as elites estavam dispostas a implementar.

Até 2006, as diferentes autoridades do MHN mantiveram aquela vocação inicial, de 1889. Apresentando uma única versão da história argentina, centralizada em Buenos Aires, essa história respondeu aos interesses da classe dirigente (que, por sua vez, tinha doado suas próprias coleções para ilustrá-la). Focalizado quase exclusivamente no século XIX, aquele relato histórico apresentava o nascimento e a formação de um estado nacional, o qual não tinha a participação dos povos indígenas nem dos negros nem dos imigrantes. A história desta sociedade portenha e branca era exibida, aliás, como uma transmissão cronológica de personagens e eventos consagrados.

Por sua vez, o Museu Etnográfico "Juan Bautista Ambrosetti" da cidade de Buenos Aires (doravante, ME) foi fundado, em 1904, como dependência da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (FFyL-UBA), sendo "(...) o primeiro de caráter antropológico e universitário na Argentina (...)".¹⁰ Seu fundador e primeiro diretor, Juan Bautista Ambrosetti (1865-1917), concebeu-o como um espaço público para a educação – ideal moderno por excelência para o progresso social –, privilegiando por isto a pesquisa e a docência superior. Como fora apontado anteriormente, a desejada e imprescindível incorporação imigratória de finais do século XIX trouxe com ela a ameaça de um exotismo crescente, tornando-se importante classificar e sistematizar *um passado argentino*; através do ME, criar-se-ia mais um espaço institucional onde pudesse desenvolver-se essa exigência histórica. Nessa etapa do processo de formação do estado nacional, o ME também ergueria-se como parte integrante da 'revolução cultural' necessária para esse fim.¹¹

Embora orientado à pré-história e etnografia argentinas, Ambrosetti dedicou-se ainda à procura (por compra ou troca com outras instituições) de objetos de culturas não-ocidentais, distantes no tempo e/ou espaço, conformando um acervo heterogêneo e representativo da humanidade.¹² Dentro de um museu etnográfico, a

formação desse patrimônio permitia exibir uma classe de profundidade temporal do território argentino e sua riqueza; em segundo lugar, a conservação e o registro das sociedades 'primitivas em processo de desaparecimento' alinhavam a Argentina na passagem universal do barbarismo à civilização;¹³ por último, o fato de possuir esse tipo de instituições científico-culturais colocava a Argentina na carreira ascendente do progresso e, incorporando os valores da modernidade, seus cidadãos organizar-se-iam, então, sobre essa mesma linha. Como parte desse processo, temos que considerar que a profunda ruptura aberta pela descontinuidade do mundo colonial permitiu que as sociedades indígenas fossem destinadas para os museus de antropologia e/ou arqueologia, reservando à civilização ocidental os museus de história.¹⁴ Isto é, a construção da alteridade resultou como uma tarefa própria dos museus etnográficos, armazenando e conservando em sua arquitetura a pedra angular de sua identidade: o *eles* que permitia confirmar um *nós*, uma imagem especular e oposta que, construída sobre um discurso europeu prévio (baseado em uma alteridade intrínseca), apresentava a *diferença* como um fato em si mesmo, como condição sempre presente e anterior a qualquer possível semelhança.

Essa retórica do colonialismo permitiu, ao ME, colocar as sociedades indígenas em domínios claramente separados do 'nosso', principalmente através de representações a-históricas e narrativas evolucionistas. Entretanto, foi a partir de 1987 que um projeto definido de 'museu universitário' colocou, como objetivo do ME,

eliminar a idéia de 'povos sem história' e "devolver aos indígenas seu lugar na história argentina", para então ... questionar a imagem isolada, homogênea e a-histórica com a qual se apresenta a um conjunto de sociedades, a cujos integrantes se agrupa sob o nome genérico de índios.¹⁵

Essa revisão seria realizada "(...) a partir de uma reinterpretação das coleções arqueológicas e etnográficas do museu, produto do trabalho de pesquisa que se realiza sobre esses objetos".¹⁶ Assim, a partir de 1987, o ME tentaria restabelecer, no quadro histórico, as 'comunidades políticas inimaginadas',¹⁷ que, seja por omissão ou negação, ficaram por fora do projeto político quando se imaginou e representou a nação argentina.

II – Visitas guiadas para conhecer o passado da Argentina

Até o ano 2006, as visitas guiadas do MHN para público geral eram realizadas sábados e domingos. Com frases tais como "*silêncio, estamos na pátria*" começava um percurso de três horas e meia de duração, conformado pela totalidade das salas do museu e definido como 'cronológico'.¹⁸ Através do trabalho de campo, observei que as visitas guiadas se reproduziam quase de idêntica maneira (a eleição dos mesmos objetos para narrar a história; as mesmas anedotas e conclusões); apresentar-se-ão alguns dos elementos estruturantes desse relato.

Em primeiro lugar, encontrávamos uma particular seleção de eventos e personagens na organização narrativa: o aspecto militar permitia estruturar todo o relato histórico.¹⁹ O primeiro que se mostrava na visita guiada eram os canhões do pátio; os jesuítas tinham sido o melhor da Igreja devido a sua formação militar; as figuras protagonistas da história argentina foram, todas elas, heróis militares e as etapas dessa história sintetizavam-se em títulos tais como 'guerras pela independência', 'guerras civis', 'guerras contra o índio'.²⁰ Enquanto sob os eixos 'civilização' e 'barbarismo' geravam-se estruturas de pensamento e especulação acerca da história (a qual parecia reduzir-se a enfrentamentos armados entre personagens bons e maus), o público escutava como a Argentina tinha nascido, em 1810, e crescido vertiginosamente, a partir de 1880 (já acabada a 'guerra contra o índio'), por meio daquelas pessoas que, adotando as boas ideias civilizadas da Europa, 'do nada' tinham feito um grande país.

Em segundo lugar, apresentarei aqui o lugar das sociedades indígenas neste relato. Ao ingressarmos na primeira das salas – Culturas Indígenas – encontrávamos um espaço muito pequeno e com poucos objetos. Reclamando sempre pela falta de espaço (dado que a totalidade do público visitante nunca conseguia ingressar na sala ao mesmo tempo), o guia referia-se a ela como

pequena (...) Mas, de qualquer maneira, não há muito para mostrar (...) Os espanhóis encontraram aqui índios antropófagos, em um estádio inferior de selvageria (...) Exceto os Diaguitas, que estavam dentro do Tawantinsuyu [império incaico], os outros eram muito pobres, muito

elementares... não eram como as grandes culturas, que tinham calendários, astrologia (...).²¹

Ao passarmos à sala Dominação hispânica S.XVI, um enorme quadro ilustrava o encontro de Colombo, já voltado da América, com os Reis Católicos; comentando esta imagem, o guia informava que "(...) Colombo voltou da América com coisas raras, como o tomate, o índio, o cacau, o tabaco, o milho (...)." Já em Missões Jesuíticas (1617-1767), o relato apresentava as façanhas realizadas por "menos de 40 jesuítas que tinham conseguido civilizar a mais de 2 milhões de Guaranis". Os indígenas só apareciam novamente na sala Formação do Estado Argentino (1862-1880), mas não como protagonistas dessa formação e sim através da 'guerra contra o índio', isto é, como o obstáculo superado para a consolidação do estado nacional.

Em terceiro lugar, um aspecto de nodal importância nas visitas guiadas era o tratamento a respeito de *réplicas* e *originais*. Citarei somente alguns exemplos desses tratamentos. Uma das situações repetidas ao longo do percurso era a ênfase colocada em vários conjuntos, compostos por objetos materiais e representações pictóricas. Por exemplo, para contar a história das Invasões Inglesas (1806-1807), era utilizado um quadro que representava a rendição do general Beresford perante o governo de Buenos Aires, entregando seu sabre ao vice-rei Liniers. Depois de nos contar este relato (organizado sobre essa imagem), o guia apontava para o sabre original de Beresford (colocado exatamente do lado dessa pintura), dizendo-nos: "(...) e este sabre, que vocês veem aqui na vitrine, é o sabre que aparece no quadro (...)". Pelo fato de introduzir o objeto desta maneira, produzia-se uma 'instância de autenticação' perceptível no assombro do público: este reagia com um emocionado e prolongado 'ahhh...' de reconhecimento. O quadro era percebido mais como uma fotografia (no sentido de uma *testemunha*) do que como uma representação. Essas 'instâncias de autenticação' repetiam-se ao longo de toda a visita. Aliás, insistia-se na importância da posse de objetos originais e, como pude analisar ao longo da pesquisa, isto constituía uma das formas de apresentar a história narrada como 'verdadeira'. Obviamente, dado um objeto qualquer – original ou réplica – pode ser construída, sobre ele, uma diversidade de significados. Entretanto, pelo fato de expor

'uma' narrativa com valor de verdade, o elemento 'original' – e, por isto, único – parecia circunscrever a possibilidade de leituras alternativas, procurando-se, então, pela *unicidade do objeto*, uma consequente *unicidade do relato*.²²

Em quarto lugar e associado com o anterior, os objetos que pertenceram às figuras principais da narrativa histórica eram apresentados como extensões das figuras dos seus donos: repetindo-se expressões do tipo 'estes objetos nos falam', 'nos dizem', 'nos expressam', eram exibidos com a capacidade de atualizar e transmitir os valores daqueles. Como fora analisado em outro trabalho,²³ tratava-se de objetos *transcendentes* e com significados *unívocos* que, latejando na ontologia nacional, pareciam trazer à tona a 'argentinidade' de seus heróis.

Por último, é importante considerarmos a rotulação. Nesse museu, as etiquetas que acompanhavam os objetos ofereciam pouquíssima informação e, longe de constituir uma deficiência museográfica, ao longo do trabalho de campo evidenciou-se o caráter prescritivo contido nessa decisão expositiva: não era necessário explicar quem tinha sido San Martín ou Mitre, todos 'deviam' sabê-lo (isto era reforçado durante as visitas guiadas, repetindo-se frases tais como 'como vocês já sabem', 'quem não conhece', etc., imprimindo a obrigação de possuir um determinado capital cultural 'nacional').

Apesar de apresentar a história argentina das formas aqui comentadas, nas visitas sublinhava-se a diferença entre a *produção historiográfica* realizada pelos historiadores e a *narração da história* feita pelo museu, afirmando-se sempre que, diferentemente dos primeiros, *um museu não exhibe ideias, exhibe coisas*. A história se contava sozinha, por si mesma, a partir dos *objetos objetivos* que o MHN simplesmente exhibia, deixando-os falar. Invertendo agora o sentido desta frase, o MHN exhibia coisas, mas também – e ao mesmo tempo – ideias sobre essas coisas. Entretanto, coisas e *ideias* não se encontravam unidas porque elas tinham algo em comum na história: elas tinham algo em comum porque se encontravam unidas no MHN. O porquê dessa união será desenvolvido mais adiante.

Vamos assistir agora às visitas guiadas do ME. No momento da pesquisa, este

museu tinha quatro mostras permanentes.²⁴ As visitas para público geral também desenvolviam-se nos finais de semana. Entretanto, nenhuma delas contemplava a totalidade das salas do ME. Pelo contrário, realizavam-se diferentes *visitas temáticas* para cada uma das mostras de, aproximadamente, uma hora de duração. Essas visitas diferiam tanto nos percursos quanto na eleição e/ou ênfase sobre determinados objetos e vitrines. Eram realizadas pelos chamados *referencistas de sala* (estudantes avançados da carreira de Ciências Antropológicas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires [FFyL-UBA], que trabalhavam no museu durante um estágio de dois anos).

Vou referir-me somente a duas dessas mostras. **1)** "Além da fronteira" encontra-se no ME desde o ano 2000. Nela, tenta-se dar conta das formas de vida e crenças das sociedades aborígenes que habitavam La Pampa e a Patagônia no século XIX, antes da chamada Conquista do Deserto. A exposição permite compreender a envergadura da presença indígena nos territórios pampeano-patagônicos, sua organização política, vida religiosa e, principalmente, a intensidade do comércio e intercâmbio com o homem branco e como, estendendo suas áreas de mobilidade 'além da fronteira', essas sociedades geraram espaços de intenso contato cultural. Sociedades indígenas e brancas são apresentadas juntas e em interação; quem visitar o ME para olhar 'coisas de índios' surpreender-se-á ao encontrar objetos que incluem as sociedades brancas dentro da categoria 'observado'. **2)** Por sua vez, a exposição "Da Puna até o Chaco: uma história pré-colombiana" foi inaugurada em abril de 2001. Esta mostra consiste em *uma exposição arqueológica concebida em termos de história social e cultural,*²⁵ desenvolvida em torno das sociedades indígenas que habitavam o território que hoje é chamado Noroeste Argentino ou 'NOA'. A história narrada por meio dessa exibição começa 2000 anos a.C. e culmina com a chegada dos espanhóis. Uma das intenções perseguidas ao longo do seu percurso é questionar o preconceito – muito generalizado no senso comum – que considera as sociedades indígenas como 'existentes' a partir da conquista espanhola (ou, no melhor dos casos, a partir da incorporação ao Império Incaico). Formada por um total de 17 vitrines, somente quatro delas – e para o final da exibição – se ocupam de ambos os 'eventos' históricos.

Entretanto, nenhuma dessas exposições estava 'acabada'; diferentemente, elas se completavam durante o que tenho definido como o "tempo da visita", isto é, aquele momento onde valores, significados e sentidos eram articulados e/ou incorporados a partir de uma transmissão de conteúdos que excedia à organização objetual e narrativa das mostras.²⁶ Os contextos organizados nas vitrines não 'estavam aí' como simples quadros de referências históricas: eles se construíam permanentemente e eram construídos precisamente nas instâncias de interação entre visitantes e guias antropólogos. Para esse museu, a questão não era, por exemplo, assinalar como os objetos arqueológicos do século XV dos Andes bolivianos ainda existiam na atualidade do século XXI, mas inseri-los na contemporaneidade da discriminação do racismo vivido por esses grupos na Buenos Aires atual.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que, quando as mostras foram projetadas, as autoridades do ME partiram do suposto de que o público mal conhece (ou desconhece totalmente) a história das sociedades indígenas. Perante esse vazio, esse museu propõe-se ser um 'nexo' entre a instituição universitária e o público, traduzindo uma linguagem científica para outra, de divulgação; através dela, o ME procura explicitar a relevância do conhecimento do passado para qualquer explicação social contemporânea. No âmbito educativo argentino, o espaço para as sociedades indígenas é quase inexistente. Por isto, os guias eram treinados para problematizar os vazios, as ideias e os preconceitos que os visitantes trazem até as exposições do ME. Interagindo com eles, articulava-se uma dinâmica de intercâmbios pela qual se geravam dúvidas e interrogantes para questionar esses preconceitos. Para isto, diversos recursos eram ativados ao longo das visitas, interagindo com o público; essas intervenções propunham *interrogar os objetos* a partir da ação, brincando com eles, tocando-os, manipulando-os e recriando-os em desenhos, fantasias, tecidos, etc. Por essas instâncias participativas, os objetos eram colocados 'em funcionamento' para gerar, junto ao público, uma reinterpretação do passado que eles carregam e, conseqüentemente, uma reformulação de percursos e distâncias – entre essas 'coisas velhas de museu' e nós. Os objetos não eram apresentados como meros dados materiais, senão como parte de uma história social, relacionando-se com atores sociais tanto do passado quanto do presente.

Em segundo lugar, é importante sublinhar que as exposições do ME estão localizadas no tempo, mas nenhuma delas é cronológica, pelo contrário, os núcleos temáticos em cada uma delas são abordados – expositiva e narrativamente – de maneira processual. Essa abordagem é o que permitiria, por exemplo, trabalhar uma ideia de *mudança social, autoridade, poder ou desestruturação* sem a necessidade de se ajustar às cronologias nem às típicas classificações arqueológicas. Como desenvolverei mais adiante, a vizinhança entre os objetos é, nesse museu, produto da construção de uma ideia particular explicitada (por exemplo, *mudança social*), que os organizadores da mostra decidiram destacar e os guias desenvolviam durante as visitas guiadas.

Em terceiro lugar, é importante assinalar também que, para algumas das ideias que se queriam transmitir, o ME não dispunha dos objetos apropriados, apelando por isto a textos e réplicas. Essas decisões eram comentadas ao público no contexto das visitas guiadas, explicitando-se, ao mesmo tempo, que no ME não se tratava de 'mostrar' objetos e sim de contar histórias através deles. A transmissão dessas histórias era o objetivo desse museu e, para consegui-lo, importava pouco que esses objetos fossem originais ou réplicas. O relato tinha sido construído sobre os originais e a partir das investigações sobre eles; uma vez conformado, o que se tornava essencial era a transmissão do relato e não o objeto por si mesmo. Das vitrines, os objetos acompanhavam as inferências que se fizeram sobre eles, sem 'nos dizer' outra coisa que não fosse o resultado dessas pesquisas. O objeto original possuía um valor de *unicidade* somente no campo da investigação; uma vez investigado, sua presença dentro da mostra não somava nem restava autenticidade à história narrada, isto é, a utilização de réplicas não debilitava nem negava o discurso. Por outro lado, nenhum dos objetos carregava significados que lhes fossem próprios nem possuía 'entidade' à maneira dos objetos históricos; não 'falavam por si mesmos' nem concentravam uma afetividade pela qual serem experienciados autonomamente. Não tinham dono (no sentido de poder vinculá-los à vida de alguma pessoa em particular) e tampouco estavam ligados a 'eventos históricos' específicos. Sua vinculação com *grupos e períodos* quebrava a possibilidade de inscrever, sobre eles, o 'plus' de significado que a celebridade dos personagens e/ou eventos poderia imprimir, de forma metonímica

(à maneira dos objetos exibidos no MHN).

Por último, é necessário destacar a excessiva informação oferecida nas etiquetas que acompanhavam os objetos. Diferentemente das rotulações no MHN, a falta de um imaginário compartilhado exigia, neste museu, a profusão de uma enorme quantidade de dados.²⁷

III – Classificar, nomear, representar

Como apontei em outra oportunidade,²⁸ os objetos exibidos e/ou conservados no MHN fazem parte do patrimônio nacional e são considerados, em sua totalidade, como 'bens culturais'. Podemos perguntar-nos (à maneira de exemplo): como um sabre – que, em um momento determinado, era somente isto, 'um sabre' – transforma-se em um objeto cultural? Como se 'fazem', como tais, os objetos culturais? Inventam-se ou identificam-se?

Quanto à *invenção*, tenho me referido àqueles objetos que possuem uma intencionalidade desde o momento de sua criação: um exemplo disto é a produção pictórica solicitada para as festas do 'Centenário da República' (1910), pelo fato de ter sido realizada sob encomenda, com propósitos claros e definidos. Ao contrário, quanto à *identificação*, refiro-me a uma intencionalidade *posterior* atribuída ao objeto. Se a maioria do material exposto no MHN não tinha sido feita com uma intenção original de ser exibida, tratar-se-ia, então, de uma *identificação* para a qual teria sido necessário, antes, *inventar* um sistema classificatório prévio para justificá-la; seria, em última instância, outro tipo de *invenção* de objetos histórico-culturais.

Desse modo, ao 'identificar' um simples sabre com quem fora seu dono – por exemplo, o general San Martín –, este transforma-se em objeto cultural pela *mediação* de quem faz a associação entre 'a coisa' e 'a pessoa e/ou o fato'. Essa associação implica relacionar a coisa em si mesma com um determinado sítio discursivo na história, no qual se assinala a tal pessoa e/ou fato; a atribuição e ligação de dois ou mais objetos a um sítio discursivo específico é o que justificaria sua *vizinhança*. Deste

modo, objetos que, aparentemente, não têm a ver entre si, acabam 'vinculados' a partir de uma discursividade que os carrega de sentido.

Ao mesmo tempo, o próprio museu – devido a sua função representativa, história institucional e arquitetura – proporcionava as estruturas simbólicas dentro das quais essa *vizinhança* se tornava efetiva. É na confluência de ambos os espaços de produção de sentidos onde a classificação constituía uma maneira de *interpretar* os objetos, atribuindo-lhes um significado que justificasse sua proximidade. O discurso particular do MHN articulou-se, por si mesmo, como princípio de seleção e classificação das peças: os objetos dispersos foram dirigidos para uma narrativa já existente, relacionando-os a ela e encontrando um lugar para eles. Uma vez inseridos em um sítio discursivo determinado, aquele processo de *mediação* (através do qual se lhes incorporaram propriedades e significados, isto é, onde 'foram produzidos' os objetos histórico-culturais) desaparecia: como uma fusão inevitável, *discurso e coisa* se apresentavam inseparáveis, idênticos, querendo significar o *mesmo*; não havia distância entre as palavras e as coisas porque a história era 'uma' e o que tinha acontecido entre elas não era então um processo de produção e invenção de sentido, mas uma identificação automática e 'transparente'.

Poder-se-ia dizer aqui que toda classificação precisa ser acompanhada por um discurso, o que é verdade. Não obstante, o que estou destacando, neste caso, é a quase completa unilateralidade do processo, *a partir do discurso*. Os objetos podiam, simplesmente, não existir ou não ter aparecido no âmbito do público. Ainda assim, já contavam com um lugar, prévio, esperando por eles. O acervo do MHN está constituído tanto por objetos procurados intencionalmente pelas autoridades como por doações de particulares, em ambos os casos, o ponto de partida para organizá-los começou no relato histórico hegemônico. No primeiro caso, tratava-se de reunir peças que 'completassem' sequências narrativas já definidas; para o segundo, as doações ganhavam sentido pelo fato dessa elite saber, de antemão, que na história escrita já estava desenhado um espaço que as continha e esperava.

De tal modo, habilitou-se um espaço discursivo que transformou em 'objeto cultural' aqueles que fossem inseridos nele, deixando fora, ao mesmo tempo, a todos

aqueles que não possuíam uma formação discursiva. Assim, dentro do MHN não poderia ter existido um espaço para as sociedades indígenas: no relato da história não havia palavras para elas. Foram consideradas somente quando foi necessário outorgar legitimidade histórica a um nós e, deste modo, esses outros deviam aparecer em cenários funcionais à 'história oficial', tais como a chamada 'Conquista do Deserto'.

Se o 'poder-fazer' do Estado fornece os métodos e técnicas a partir dos quais operar sobre o mundo material sob a aparência de algo imaterial,²⁹ não deveríamos entender ao MHN simplesmente como um lugar ilusório de *reliquias* que, manipuladas a partir de um determinado discurso, faziam transparente a história. A imaterialidade da suposta potência educativa e mágica dos objetos contribuiu, durante décadas, a materializar uma concepção da história e do conhecimento, a forjar uma 'identidade argentina' estabelecendo coletivos de reconhecimento e coesão, a fixar modelos éticos sobre os quais legitimar (ou não) práticas concretas, a estabelecer ideais políticos, a definir ideias tais como liberdade, progresso, soberania, pátria, nação, etc.

Iremos agora às classificações dos objetos feitas pelo ME. Os acervos expostos e conservados por esta instituição – simples pedras, por exemplo – também fazem parte do patrimônio nacional. Como acontece isto nesse museu?

Quando distingi entre *invenção* e *identificação*, tinha apontado uma mudança temporal na intencionalidade: esta apresentava-se como anterior no primeiro caso e *posterior* no segundo. Da mesma forma que a maioria dos objetos do MHN, o material exibido no ME não foi feito com a intenção de ser exposto; aqui também se trataria de uma *identificação* para a qual seria necessário *inventar* um sistema classificatório prévio que a justificasse, gerando outro tipo de *invenção* de objetos culturais.

Não obstante, este processo que chamei de 'identificação' desenvolve-se, aqui, de maneira muito diferente. O ME é um museu de investigação antropológica e, por isto, o objeto é um *elemento* de investigação e é *parte* de uma mostra, possuindo valor somente quando, articulado a outros, pode dar conta de um contexto e/ou processo. O objeto tem valor *dentro* da exposição, sendo o roteiro que lhe dá sentido

e habilita-o para ser interrogado. Esse roteiro é resultado da pesquisa sobre os objetos e das interpretações a eles atribuídas, fruto dessas investigações. Depois, é esse discurso que constitui o objeto e classifica-o como parte da mostra. Ou seja: é o próprio objeto que se abre à pesquisa, sendo ele mesmo o gerador das formações discursivas que acabam classificando-o.

Como acontece no MHN, também existe, nesse museu, um processo de mediação através do qual transformar os objetos em 'culturais'. Não obstante, a elaboração do discurso é realizada sobre os objetos, sendo as propriedades que estes apresentam as que permitem suas vizinhanças. Para as autoridades do ME, os objetos *sozinhos não dizem nada: eles dizem algo a quem sabe perguntar*. Este museu não organiza registros que, pelo fato de armazenar dados, 'libertam a memória', deixando-a descansar; de maneira diferente, organiza *problemas*, no sentido de *exibir objetos cheios de perguntas*, mas a capacidade para interrogá-los não se interpreta como algo dado, pelo contrário, sua estimulação é outra das funções do museu, tão importante quanto a própria exibição. Por este motivo, a inteligibilidade da exposição transforma-se em um imperativo, sendo, então, fundamental a clareza conceitual, a acessibilidade da linguagem utilizada e do material de apoio e, muito especialmente, a informação oferecida pelos *referencistas de sala*. Pelo fato de realizar inferências e interpretações sobre os seus acervos, explicitando-as perante o público, o ME abre uma maior ou menor possibilidade de interrogar os objetos: eles não 'falam', mas, diferentemente, interagimos com aqueles significados que o próprio ME habilita no espaço sempre aberto da dúvida científica.

De tal modo, os objetos abrem-se à pesquisa para poder serem nomeados e *classificados: a partir deles se inicia a investigação e o discurso, eles habilitam seu próprio nome, eles oferecem as qualidades de sua classificação e as relações entre si, entregando-se às traduções da arqueologia e da história através de suas possibilidades de leitura e interpretação*. Como toda disciplina científica, a arqueologia e a história trabalham na vulnerabilidade de seus paradigmas. Por esta razão, no ME, enfatiza-se que o conhecimento ali apresentado é 'o que sabemos até hoje', explicitando, ao mesmo tempo, que o material exibido está atravessado por um *ponto de vista e uma interpretação*.

IV – Palavras e coisas para nações diferentes

Voltaremos agora às visitas guiadas. No MHN, referiam-se à própria instituição como *um lugar que exhibe coisas e não ideias*, enquanto as autoridades do ME o definiam como *um museu de ideias e não um mero acúmulo de objetos*. Ao mesmo tempo, todos os objetos conservados e dados a conhecer por estes dois museus formavam parte do patrimônio nacional. Segundo o MHN, esse patrimônio devia ser transmitido para conhecer a história, sendo necessário *conhecê-la para amá-la*, enquanto para as autoridades do ME a transmissão do patrimônio tornava-se importante porque *você não pode se apropriar daquilo que você não conhece...*

A retórica da afetividade manifestada no MHN trazia à tona um objetivo determinado a respeito do conhecimento da história: ela devia habilitar o sentimento pelo qual participar de uma continuidade dentro de um coletivo de reconhecimento; possuir uma história era possuir um passado comum, no qual inscrever culturalmente o nós, o sujeito político por excelência, mas essa história tinha conduzido para o exílio aqueles sujeitos e imagens que, por inúteis ou defeituosos, resultavam inconvenientes à constituição da homogeneidade da nação imaginada. Portanto, é dentro desta primeira seleção onde deveríamos contextualizar a classificação dos objetos que o MHN procurava e exhibia, uma vez que, de forma imperiosa, o nós invocava, unicamente, o aparecimento do *necessário*, isto é, esse museu não podia apresentar-se como um lugar aberto à pesquisa, pois o que tentava transmitir circunscrevia-se aos limites do *homogêneo necessário* da nação e sua história. Tratava-se de uma história já fechada e os objetos eram utilizados em qualidade de meios para um fim. Considerados como evidências objetivas do passado, reconstruíam uma única história, a 'verdadeira'. Tudo quanto podia interrogá-la transformava-se em uma ameaça que colocava em perigo as relações causa-efeito entre determinados acontecimentos e a estreita endogamia de seus 'verdadeiros' protagonistas. Aliás, por que teria de ser investigado aquilo que já se conhecia? A nação *era, estava, existia, sentia-se*: os efeitos do discurso do MHN e sua idêntica repetição nas visitas guiadas estavam aí para confirmá-la, não para questioná-la. Desprovida de seu caráter de ciência, a história divulgada pelo MHN era somente um relato de estado-nacional; os objetos

não precisavam de interpretação porque, impregnados pela ontologia da nação, tinham se transformado em *essência*.

Ao longo da pesquisa, acabei concluindo que quase todas as coisas do MHN foram feitas para serem exibidas, pelo fato de terem sido inventadas e/ou reunidas por aqueles que souberam interpretar a transcendentalidade da nação e organizaram sua construção. Figuras tais como San Martín, Mitre e Roca foram homens que, sabendo-se transcendentais por habitar a história que eles mesmos escreviam, conservaram seus objetos e documentos para que, inexoravelmente, virassem uma ilustração de sua própria escrita. Assim sendo, pode-se dizer que, no caso do MHN, *sempre foi um relato pré-existente o que classificou os objetos; sempre foi uma ideia que reunia as coisas, mas que, depois de reuni-las, tentava desvinculá-las dessa ideia e apresentá-las como se tivessem se reunido por si mesmas*. Como se apontava nas visitas guiadas, o MHN exibia coisas, é verdade, mas *subordinadas às ideias de um relato do qual não podia assumir sua autoria*. Fazê-lo teria implicado acabar com a magia da história.

Ao visitarmos o ME, essa magia desaparecia e destruía-se a ilusão de homogeneidade do relato anterior. O que adveio da 'Argentina' era apresentado a partir de um passado multiétnico e pluricultural. *Você não pode se apropriar daquilo que você não conhece (...)*, dizia-nos seu diretor. A vinculação entre estas duas ideias, *apropriação e conhecimento*, introduz à possibilidade de *utilizar* aquilo que se transformaria em propriedade, abrangendo graus diferenciais de pertencimento. Aqui, o conhecimento não tinha nada a ver com o amor. Nada indica que deveríamos amar aquilo que conhecemos; de fato, conhecemos muitas coisas que não amamos. A retórica da afetividade era substituída por uma retórica científica e o conhecimento do passado tornava-se importante pelo fato de oferecer as ferramentas necessárias para explicar nossa realidade social contemporânea, de utilizá-lo para oferecer outra dimensão histórica à nossa condição atual.

No ME, os objetos encontravam-se abertos à contingência do vai-e-vem da ciência; eram dialógicos não porque eles 'falassem', mas porque permitiam sua interrogação, dando conta de *contextos e processos* – em vez de ficarem presos entre

fatos míticos e arquetípicos. Pelo fato de estarem sujeitos a constantes leituras críticas, evitava-se assim a cristalização de seus significados. A importância deles se baseava na quantidade de respostas que podiam oferecer à investigação, isto é, o objeto não era nada sem uma subjetividade que o interrogasse. Uma vez interrogado, o que se tornava importante eram seus aportes à ciência, o relato científico feito sobre ele e sua posterior divulgação – realizada através do ME, como um museu de ideias surgidas a partir da investigação das coisas.

Quando finalizei esta pesquisa, perguntei a mim mesmo por que tinha realizado este 'estudo comparativo', comparando o incomparável: um relicário com um centro de pesquisa. Não obstante, a pauta que conectava essas duas instituições surgia quando ambas apelavam a um nós e a um passado para explicar o presente dos argentinos, mas tinham outra coisa a mais em comum: elas respondiam ao nome de 'museu' – instituição que já não deveria imaginar nem representar mais nada sem se basear nas pesquisas, a única maneira de não cristalizar a história, de dar um sentido e um porquê às múltiplas memórias nacionais que, nesses museus, podem ser traçadas a partir dos objetos, para melhorar a compreensão sobre as – também múltiplas – maneiras de ser argentino.

Notas

¹ FOUCAULT, Michel. *Las palabras y las cosas: una arqueología de las ciencias humanas*. Siglo XXI Editores de España, Barcelona, 1996.

² Vejam-se os Documentos sobre la Creación y Nacionalización del Museo Histórico (Art. 1º; 21 de Maio de 1889). In: *El Museo Histórico – Tomo I – Entrega I*. Guillermo Kraft Editor, Buenos Aires, 1892. Criado em 1889, como 'Museu Histórico da Capital', foi nacionalizado pelo presidente Carlos Pellegrini em 1891.

³ Citado no folheto institucional de distribuição gratuita do MHN (editado em 2001).

⁴ ROCA, Andrea. As classificações e as abordagens dos acervos no Museu Histórico Nacional da República Argentina. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, 2008, p. 437-455.

⁵ Veja-se o Prospecto In: *El Museo Histórico – Tomo I – Entrega I*. Guillermo Kraft Editor, Buenos Aires, 1892. Nele, encontra-se ainda a correspondência de Carranza.

⁶ O Museu Histórico serve também como estímulo, porque aqueles que o visitarem saberão que aí existe um espaço de imortalidade para os que sobressaem por sua inteligência, suas virtudes, seus trabalhos e seu patriotismo (Memória apresentada por Adolfo P. Carranza ao Ministro do Interior – 15/04/1892 – In: *El Museo Histórico – Tomo I – Entrega I*. Guillermo Kraft Editor, Buenos Aires, 1892).

⁷ CORRIGAN, Peter & SAYER, Derek. *The Great Arch. English State Formation as Cultural Revolution*. Oxford, GB: Basil Blackwell, 1985.

⁸ Apud. MITCHELL, T. *Society, Economy, and State Effect* In: STEINMETZ, G. (ed.) *State/Culture, State-Formation after the Cultural Turn*. Ithaca: Cornell University Press, 1999, p. 72-111. A citação é da página 76.

⁹ A já clássica análise de Benedict Anderson a respeito das dificuldades e paradoxos contidos no conceito de 'nação' propõe entender tal conceito como 'uma comunidade política imaginada' que, presente na mente de cada um de seus membros, permite viver a imagem de sua comunhão. As 'nações' seriam diferentes umas das outras pelo estilo com a qual foram imaginadas e tanto nacionalidade quanto nação poderiam ser entendidas como artefatos culturais de uma classe particular. (ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. FCE, México, 1993).

¹⁰ PÉREZ GOLLÁN, J.A. e DUJOVNE, M. De lo hegemónico a lo plural: un museo universitario de antropología. *Entrepasados*, Ano X, n. 20/21, p. 197-208. A citação é da página 197.

¹¹ CORRIGAN, Peter & SAYER, Derek... Op. cit.

¹² Essa concepção deve ser entendida dentro da lógica original do museu como instituição: seu aparecimento histórico dentro do projeto ilustrado respondia a uma certa 'vocaçãõ ecumênica' que aspirava estabelecer uma definição genérica e universalizada da condição humana (Foucault... Op. cit.).

¹³ PÉREZ GOLLÁN, J.A. & DUJOVNE, M... Op. cit.

¹⁴ PÉREZ GOLLÁN, J.A. & POLITIS, G. Latin American Archaeology: From Colonialism to Globalization In: MESKELL Lynn & PREUCCEL Robert (eds.) *A Companion to Social Archaeology* Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004, p. 87-106.

¹⁵ Cf.: PÉREZ GOLLÁN, J.A. Proyecto ME/87. *Noticias de Antropología y Arqueología*, n. 17. Buenos Aires: 1997, p. 15-35; também DUJOVNE, Marta. *Entre musas y musarañas: Una visita al museo*, Buenos Aires: Fundos de Cultura Econômica, 1995.

¹⁶ ME – *Informe Institucional 2000-2001* – FAU – UBA.

¹⁷ Refiro-me à expressão cunhada por THURNER, Mark. Republicanos y la comunidad de peruanos: comunidades políticas inimaginadas en el Perú postcolonial. *Revista Histórica*, Lima, v. XX, n. 1, 1996.

¹⁸ Essa cronologia era estabelecida através da ordem das salas, organizadas da maneira seguinte: *Culturas Indígenas / Dominación hispánica S.XVI / Misiones Jesuíticas (1617-1767) / Virreinato del Rio de la Plata (1776-1810) / Revolución e Independencia (1810-1820*, com seus quatro setores: *Himno Nacional, Rivadavia, Belgrano, Declaración de la Independencia, 1816) / Confederación Argentina (1828-1852) / Sala de las Banderas / Batalla de Caseros y la Constitucionalización (1852-1862) / Formación del Estado Argentino (1862-1880)*. No subsolo: *Período 1880-1950. Novamente no térreo: Guerra de Malvinas (1982) / San Martín (1812-1824)*.

¹⁹ Como uma cenografia, ao longo do percurso, se encontravam canhões que, firmes e do lado das colunas, acompanhavam os conteúdos de todos os setores; junto a eles, estavam os chamados *guardiões de sala* (funcionários do MHN encarregados de oferecer assessoramento).

²⁰ Aliás, o único 'evento' do século XX era a Guerra de Malvinas (1982). Segundo me comentaram durante o trabalho de campo, quando o historiador Hyden White conheceu o MHN, durante sua visita à Argentina em 2000, expressou *agora entendo por que a Argentina teve 30.000 desaparecidos...*

²¹ Considerando a pretendida cronologia das salas do MHN, a localização da sala das Culturas Indígenas no começo do percurso denotaria uma concepção evolucionista da mostra, que colocava a este 'estádio inferior' na primeira das salas, pequena e insignificante; depois, a mostra ia crescendo em tamanho e quantidade a partir da introdução dos espanhóis como elemento civilizatório.

²² Essa noção de 'unicidade' para o objeto e seu relato está estreitamente vinculada à noção de *singularidade* elaborada por Walter Benjamin: a 'aura' de um objeto reside em sua condição originária, seu caráter único e sua vinculação autêntica com o passado. O singular e permanente é *aurático* em oposição àquilo reproduzível e transitório, o *não-aurático* (BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo: Brasiliense, 1987).

²³ ROCA, Andrea. As transformações patrimoniais no espaço de um museu histórico nacional. *Revista Interseções*, 2008, Uerj, No prelo.

²⁴ Essas exposições eram: *Entre o exotismo e o progresso; No confim do mundo; Além da fronteira; Da puna até o Chaco, uma história pré-colombiana*.

²⁵ Folheto institucional do ME.

²⁶ Para uma análise dessas visitas guiadas, veja-se ROCA, Andrea. *Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico* – Rio de Janeiro: Minc, Iphan, Demu, 2008. Neste trabalho identifico e analiso os usos do tempo nesse museu. Articulado uma leitura desses usos entre o passado e o presente desse museu etnográfico universitário, assinalo suas capacidades políticas desde o momento em que permitem o traçado de visibilidades históricas e sociais. Nesse museu de forte tradição arqueológica, os atuais usos do passado respondem a um projeto de recuperação histórica desenhado a partir dos objetos. Sem colonizar esse passado, por meio de um sistema interpretativo exterior e arbitrário, propõe-se uma *mise-en-scène* a partir dos objetos do museu e dos preconceitos dos visitantes, reformulando-se através dos mesmos o traçado de anteriores distâncias entre o nós e o eles. A passagem e a ação do tempo em acervos inicialmente *alheios* são colocadas junto à atualidade de nossa sociedade e história: uma contemporaneidade multiétnica e pluricultural explica ambas as partes - nós e eles – em uma só, ressemantizando os antigos sentidos dos objetos e criando sobre eles um tempo da ação, convocado pelo caráter político e moralmente reflexivo a partir do qual são apresentados. Desenvolvendo, para esses fins, tanto funções informativas e pedagógicas como políticas, defino o ME como 'lugar de criação de memória', não só por instalar – através dessas funções – a relevância do conhecimento da história para qualquer explicação social contemporânea, mas também por abrir novos espaços históricos sobre os quais se pode habilitar uma memória antes inexistente.

²⁷ Este ponto tornava-se absolutamente problemático e era o centro de inúmeras discussões entre o pessoal do ME. Levando-se em consideração as diferentes recepções das etiquetas por parte do público, desde o momento da abertura das exposições, as etiquetas tinham sido mudadas e/ou reformuladas e/ou resumidas várias vezes.

²⁸ ROCA, Andrea. *As classificações e as abordagens...* Op. cit.

²⁹ MITCHELL, T. *Society, Economy...* Op. cit.